

HABEAS CORPUS Nº 479.486 - PB (2018/0306150-7)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : IARLEY JOSE DUTRA MAIA E OUTRO
ADVOGADOS : IARLEY JOSE DUTRA MAIA - PB019990
DIEGO ALVES DE LIMA - PB023236
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
PACIENTE : FERNANDO OLIMPIO DOS SANTOS (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. FORMAÇÃO DE QUADRILHA OU BANDO ARMADO. CORRUPÇÃO DE MENORES. PRISÃO PREVENTIVA. POSTERIOR ABSOLVIÇÃO E EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE SOLTURA. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE PROCESSUAL. PEDIDO DE *HABEAS CORPUS* PREJUDICADO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de FERNANDO OLIMPIO DOS SANTOS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba proferido no *Habeas Corpus* n.º 0804631-33.2018.8.15.0000.

Consta dos autos que o Paciente – preso preventivamente em 21/04/2017 – foi pronunciado, em 19/07/2018, como incurso nos arts. 121, § 2.º, incisos I e IV, e 288, e no art. 121, § 2.º, inciso V, c.c. o art. 14, inciso II, todos do Código Penal e no art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo mantida a custódia cautelar (fls. 125-126).

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus*, cuja ordem foi denegada pelo Tribunal de origem (fls. 33-39).

Nas razões da impetração, sustentam os Impetrantes, em síntese, a existência de nulidade por cerceamento de defesa, pois o Tribunal de origem se equivocou na intimação dos advogados para a sustentação oral no julgamento do *writ* originário, mesmo após prévio requerimento.

Argumenta, para tanto, que (fls. 6-7):

"No caso em tela, foi formulado por essa defesa requerimento de sustentação oral perante o Tribunal de Justiça da Paraíba na Ação de Habeas Corpus de número: 0804631-33.2018.8.15.0000.

Ato contínuo, os advogados, que a esta subscrevem, receberam

intimação, por meio de publicação no Diário de Justiça da Paraíba, em 24 de setembro de 2018, da pauta da sessão de julgamento do mencionado Habeas Corpus. Nela, constava-se a data de 02 de outubro de 2018 para a sua realização.

Contudo, foi publicada, em 27 de setembro de 2018, nova intimação acerca da pauta de julgamento da mesma ação de Habeas Corpus. Nessa nova intimação constava-se a data de 04 de outubro de 2018 como sendo a nova data da sessão de julgamento.

Diante disso, o advogado responsável pela sustentação oral, planejou-se para a realização do referido ato a ocorrer no dia 04 de outubro de 2018, em virtude da nova intimação. Todavia, foi surpreendido com a Certidão de Julgamento do Habeas Corpus nº 0804631-33.2018.8.15.0000 realizado, inexplicavelmente, em 02 de outubro de 2018.

Nesse diapasão, mostra-se obstaculizado o exercício do pleno direito de defesa, pois houve impedimento de realização de sustentação oral, anteriormente requerida, sendo de rigor o reconhecimento da existência de clara e latente nulidade no julgamento do HC em tela pelo Tribunal de Justiça da Paraíba."

Alegam que o Paciente não participou dos crimes.

Assinalam a existência de excesso de prazo para a formação da culpa.

Afirmam a ilegalidade do decreto prisional, por ausência dos requisitos para a custódia cautelar, nos moldes do art. 312 do Código de Processo Penal, bem como pela inexistência de contemporaneidade da medida.

Obtemperam que o Paciente apresenta condições pessoais favoráveis.

Argumentam que é suficiente a imposição de medidas menos severas, consoante art. 319 do Código de Processo Penal.

Requerem, em liminar e no mérito, a imediata concessão da liberdade ao Paciente e, alternativamente, a imposição de cautelares diversas da prisão. Ademais, pleiteiam a anulação do julgamento do *Habeas Corpus* n.º 0804631-33.2018.8.15.0000 para que outro seja realizado, com a prévia intimação da Defesa para a sustentação oral.

As informações foram prestadas (fls. 102-124; 142-144; 231-243; 247-267).

O Ministério Público Federal, em parecer de fls. 270-272, opinou pela prejudicialidade do *habeas corpus*.

É o relatório.

Decido.

Em informações prestadas pelo Magistrado de piso, foi consignado que o "*Paciente FERNANDO OLÍMPIO DOS SANTOS, foi levado a julgamento perante o Tribunal do Júri desta Comarca em data de 26/06/2019, sendo absolvido e imediatamente posto em liberdade no mesmo dia*" (fl. 233).

Desse modo, evidencia-se a perda superveniente do interesse processual na concessão da ordem de *habeas corpus*.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XX, do RISTJ, JULGO PREJUDICADO o pedido de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

